

Pedro Celso Uchôa Cavalcanti*

A INTERNACIONAL SOCIALISTA VAI À AMÉRICA LATINA

Realizou-se em Lisboa, de 29 de Set. a 3 de Out. de 1978, uma conferência sobre «Democratização na Península Ibérica e na América Latina», patrocinada pela Internacional Socialista e organizada pelo Partido Socialista Português. Nela participaram líderes políticos de 33 países da Europa e da América Latina — incluindo algumas personalidades mundiais bem conhecidas. Esta conferência representa o melhor esforço até aqui organizado pela Internacional Socialista para confrontar os problemas da América Latina e alargar a sua influência a nível mundial. A relevância do assunto pode ver-se na presença de Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista, Carlsomm, seu secretário geral, e de líderes de partidos Socialistas nacionais como Mário Soares, Felipe Gonzalez e Bettino Craxi. A Miterrand tal não foi possível uma vez que teve que estar presente em Paris para tratar dum voto de confiança no Parlamento Francês. O mesmo aconteceu com Palme, que acabara de presidir a um congresso do seu próprio partido. No entanto, ambos os partidos, assim como outros partidos socialistas e social-democratas da Europa Ocidental, enviaram altos representantes.

Para compreender a relevância global da conferência, é necessário localizá-la num quadro de transformação das relações internacionais. Um dos traços mais marcantes da actual situação é o declínio contínuo da influência política Russa devido, entre outras coisas, à crescente compreensão do carácter obsoleto e indesejável do modelo soviético. Embora a União Soviética permaneça uma importante potência mundial, depois da «era de Kissinger» deixou de ser «o outro sócio» a ser consultado pelos Estados Unidos em todas as questões internacionais importantes. As recentes conversações do Médio Oriente chamam a atenção para este facto dum modo muito claro. Enquan-

* Professor Extraordinário da Faculdade de Letras de Lisboa.

to que, por um lado, a União Soviética permanece muito importante para o Terceiro Mundo, a sua oportunista *Realpolitik*, exemplificada na sua recente mudança de apoio da Eritreia para a Etiópia, i.e., abandonando o que os próprios russos consideravam uma luta genuína de libertação nacional, diminuiu consideravelmente a influência da Rússia na África, do mesmo modo que a invasão da Checoslováquia há dez anos pôs fim aos sonhos da expansão leninista na Europa.

Mas não é apenas uma questão do modelo russo perder o seu encanto. Acontece também que a ajuda estrangeira socialista é vista como não apropriada, ineficaz e incapaz de atender às necessidades dos países do Terceiro Mundo. O fosso tecnológico entre países socialistas e capitalistas continua a aumentar e as nações do Terceiro Mundo estão cada vez mais conscientes deste facto. Isto explica, entre outras coisas, porque é que os países não-capitalistas do Terceiro Mundo começam a preferir negociar com multinacionais, esperando ser capazes de controlar estes monstros modernos.

A pretensão da China em substituir a União Soviética como o *leader* marxista-leninista, defensor da causa dos países explorados, também fracassou. Enredada nos seus próprios problemas económicos e tendo abrigado uma grande crise política — a chamada Revolução Cultural — a China encontra-se ela própria demasiado enfraquecida para vir em ajuda de outras nações. Além disso, a luta que resultou na derrota do «grupo dos quatro» tendeu a desanimar os visionários seguidores de Mao. No fim de contas, o seu leader tinha casado com a «puta de Xangai» — o que nos faz pensar se não se teria chamado a Kuo-feng «o paineliro de Pequim» se tivesse ganho o outro lado.

Cuba tentou substituir a China e conseguiu-o em Angola, onde a presença de soldados cubanos evitou a derrota do MPLA. Mas o seu envolvimento no «Caso da Eritreia», ao lado da União Soviética, manchou também a imagem de pureza que Castro tentou projectar. De qualquer modo, na América Latina, os grupos pro-cubanos dos anos 60 são hoje quase inexistentes. A sua tentativa de transpor o modelo cubano, que resultou da derrota de Baptista, fracassou e eles foram subsequentemente aniquilados.

Enquanto o lado socialista se está a enredar em novas contradições aparentemente insolucionáveis, a política estrangeira americana sofreu também alterações significativas desde o período Kissinger até

à ofensiva dos direitos humanos de Carter. Aqueles que acreditam que a política dos direitos humanos é uma política meramente moralista, descuidam a barragem de críticas lançadas à visão mettemichiana do mundo de Kissinger mesmo antes do aparecimento de Carter na cena política. Basta consultar o artigo de Brzezinski em *Foreign Policy* (Verão de 1976), onde a política estrangeira dos E.U. é descrita como «dissimulada, manipuladora e ilusória no estilo». Na introdução a um capítulo com o título revelador de «Capitalismo num só País», Brzezinski denunciava a política estrangeira americana como estando «comprometida com uma visão largamente estática do mundo, baseada num equilíbrio tradicional do poder, acomodando-se com as grandes potências na base de esferas de influência, e geralmente mais orientada para a preservação do *status quo* do que para a sua reforma».

Assim, os arquitectos da política estrangeira americana de hoje têm uma estratégia muito clara para alargar a influência americana e os seus interesses económicos. Conhecem a fraqueza do socialismo contemporâneo e compreendem que novas nações socialistas precisam do *know-how* e de apreciáveis investimentos económicos para o seu desenvolvimento. A economia dos E.U. pode fornecer isso. Ao capital monopolista é possível manter inalteráveis relações imperialistas de dominação sem necessariamente requerer os serviços da armada e dos *marines* para manter «a lei e a ordem» no estrangeiro. O imperialismo não precisa atirar nas suas vítimas e pode operar criando dependência da tecnologia avançada. Como tal, não pareceria imperialismo mas simplesmente capitalismo desenvolvido a praticar comércio normal. Esta é a razão pela qual, quando interrogado sobre as relações americanas com «um país marxista como Angola» (*sic*), Andrew Young pôde responder que: «Não nos interessa se é marxista ou não. O importante é que negoceia connosco». A presente ideologia protectora da influência mundial americana prospera no comércio livre entre países capitalistas avançados vendendo altos requisitos tecnológicos a preços de monopólio e países relativamente atrasados que pagam com recursos naturais ou com produtos de baixa tecnologia vendendo a preços competitivos.

A política dos direitos humanos torna-se neste momento viável e está a alterar com êxito a imagem imperialista mundial dos E.U.. É certo que tem um alto grau de incoerência como pode ver-se no caso

do contínuo apoio dos E.U. ao xá do Irão. No entanto, a presente política estrangeira americana tem como objectivo um mundo repleto de regimes liberais democráticos operando dentro de um quadro capitalista. Isso, certamente, significa intensificada hegemonia económica americana e o isolamento crescente da União Soviética e de outros países socialistas. Resumindo, reforçaria a identificação de ditadura unicamente com o socialismo! Deste modo, a «América num mundo hostil» (o título do artigo de Brzezinski) criaria um clima internacional muito mais favorável através duma política estrangeira americana flexível, melhor expandindo os interesses americanos. O objectivo é proteger o capitalismo e tal não significa necessariamente apoiar ditaduras militares e fascistas. De facto, a longo prazo, estes regimes são contraproducentes para a causa do capitalismo que teoricamente permanece ligado ao liberalismo.

Por outro lado, a política dos direitos humanos não significa total desenvolvimento democrático. Os que a apoiam, a maior parte dos quais ligada à Comissão Trilateral, vêem a expansão da democracia como é agora advogada principalmente no Sul da Europa, como um perigo real para o futuro do capitalismo. O seu relatório, publicado sob o título de *The Crisis of Democracy*, advoga uma violência capitalista sempre que as pessoas procuram realizar completamente os ideais democráticos. Como disse Huntington, estão preocupados com os «destemperos democráticos» e os «excessos de democracia» (palavras suas).

O lado capitalista, no entanto, não é de modo algum internamente homogéneo, e dentro desta configuração os interesses americanos estão hoje a enfrentar uma forte competição por parte das forças japonesas e da Europa Ocidental. A Internacional Socialista entra na cena mundial representando precisamente estes últimos interesses. Assim, não se trata duma luta entre inimigos, mas duma competição entre aliados políticos — apesar desta competição se estar a tornar decididamente mais encrespada.

Além disso, a Internacional Socialista representa muitas forças sociais que vêem a sua expansão no Terceiro Mundo como o fortalecimento da causa do socialismo tal como o compreendem. A expansão da Internacional Socialista na Europa, como resultado da derrota de ditaduras na Península Ibérica, já provocou algumas alterações dentro desta organização. De certo modo, estes novos partidos são

responsáveis pelo afastamento da Internacional Socialista do seu meio ambiente um tanto nórdico.

Por último, e de modo mais importante, há obviamente muitos interesses económicos, juntamente com ideais, envolvidos na expansão da Internacional Socialista no Terceiro Mundo. Tal significa melhores oportunidades para a expansão das economias da Europa Ocidental e maiores garantias para os seus investimentos. Um exemplo do quanto está em causa é o «negócio do século», i.e., o contrato de 10 biliões de dólares entre a Alemanha Ocidental e os militares brasileiros para implantar a energia nuclear no maior e mais poderoso país da América Latina. É um caso típico em que os interesses americanos foram completamente derrotados e, nos termos em que a questão foi ideologicamente posta, os E.U. não puderam evitar «a expansão da energia nuclear».

Tentar-se-à, em seguida, indicar a importância do presente esforço da Internacional Socialista em se estender à América Latina. Apesar da conferência ter sido fechada ao público, com o fim de encorajar o debate franco e aberto, politicamente os resultados foram altamente positivos. Basta examinar as conclusões da conferência, publicadas sob o título «A Declaração de Lisboa», para nos apercebermos o que ela vincula. Constando de nove páginas e de catorze pontos, esta declaração exprime apoio ao povo latino-americano «na sua luta para estabelecer regimes de liberdade, justiça social e democracia». Além disso, os participantes também expressaram apoio ao «desenvolvimento económico independente... contra o imperialismo, colonialismo, neo-colonialismo e fascismo».

O ponto 4 trata dos processos eleitorais na América Latina. Salienta que a maior parte deles são «simplesmente farsas eleitorais» e que as ditaduras se viram forçadas a realizá-las em virtude das pressões nacionais e internacionais. Uma nota positiva aqui é sublinhada pelos acontecimentos dominicanos de Maio passado. Na conferência acentuou-se que tais exemplos esperançosos garantem crescente solidariedade internacional. O ponto 5 sublinha o papel positivo das colónias britânicas progressistas, como a Jamaica e a Guiana, na sua integração no continente latino-americano. Aqui a Declaração acentua o significado da conferência que, pela primeira vez, juntou representantes do «socialismo democrático europeu com representantes bem conhecidos de forças políticas que, há décadas, lutam na Améri-

ca Latina pela causa da liberdade, democracia e progresso social». A presença de *leaders* como Brizola do Brasil, Rodrigues do Chile, Pena Gomes da República Dominicana, o poeta Cardenal da Nicarágua, e Odube, ex-presidente da Costa-Rica, é uma indicação da sua importância.

O ponto 7 trata da importância para a América Latina da consolidação das instituições na Península Ibérica, devido a laços tradicionais entre estes países e as suas ex-colónias.

O ponto 8 é talvez a parte mais relevante de todo o documento. É a mais longa e trata de questões económicas segundo pontos de vista muito próximos aos interesses dos países do Terceiro Mundo. Uma das suas conclusões sanciona coisas como o direito de regular movimentos de capital e tecnologia. Este facto, «em última análise, significa a rejeição da interferência de outros governos assim como de empresas multinacionais e agências internacionais nos assuntos internos de outros países.». Também significativo é o facto do diálogo norte-sul não ter sido tratado unicamente em termos de relação entre Estados, uma vez que a maior parte deles não representa o povo que oprime, mas ter sido alargado de modo a envolver outras forças sociais tais como sindicatos democráticos.

O ponto seguinte fornece «um apoio o mais decisivo e incondicional à luta do povo da Nicarágua contra a ditadura de Somoza». Recomenda o afastamento de apoios políticos ou diplomáticos a Somoza, a eliminação de qualquer forma de cooperação que possa ser considerada como uma aprovação de tais regimes, e apela para campanhas de solidariedade a favor da libertação do povo da Nicarágua. Esta mesma secção condena também a fraude das eleições bolivianas, onde um golpe militar impediu a normal vitória eleitoral de Herman Siles Suazo — que participou na conferência — e o começo do seu mandato como novo presidente.

O ponto 11 condena a corrida às armas na América Latina e acentua a responsabilidade de países que encorajaram tal corrida.

O ponto 12 indica a extensão do envolvimento na democracia latino-americana por parte dos partidos da Internacional Socialista. Estabelece um envolvimento que, neste momento, permanece por ver. O que provavelmente é a afirmação mais relevante diz o seguinte: «a presente situação crítica na América Latina requer uma cooperação mais estreita entre partidos socialistas democráticos com as

forças que actuam no continente. Esta cooperação não deve unicamente tomar a forma de apoio moral, mas também significar medidas concretas e coordenadas da parte de todos os nossos partidos e, especialmente, aqueles que estão no poder, com o fim de estabelecer uma colaboração eficiente contra as forças nacionais reaccionárias e os esforços imperialistas. Com um tal propósito em vista, os leaders reunidos em Lisboa permanecerão em contacto permanente e fraterno, estabelecendo relações tanto bilaterais como multilaterais a diferentes níveis.» O último ponto esboça os objectivos para o futuro: «A realização da verdadeira democracia em todas as dimensões: política, social, cultural e económica.» A Declaração de Lisboa termina com um apelo à solidariedade dos partidos e governos europeus e americanos, e pede-lhes que reconheçam a sua obrigação em contribuir para a luta por uma democratização genuína no continente latino-americano.

À parte estas afirmações *públicas*, quais são as possibilidades destes projectos na América Latina? Primeiro que tudo, tais esforços são capazes de se tornarem relevantes para a história futura do continente e do mundo. A Internacional Socialista decidiu sair da sua concha Europeia e a América Latina é decididamente o continente mais apropriado para o fazer, comparado com a Ásia e a África. Isto deve-se à natureza da colonização latino-americana, à espécie de sociedades que criou e à memória recente da dominação colonial na Ásia e na África, que foi diferente. Resumindo, os países da América Latina estão culturalmente mais «ocidentalizados» do que as nações africanas e asiáticas. Além disso, os ideais socialistas permanecem muito atraentes para povos que vivem sob ditaduras capitalistas — especialmente tendo em vista que hoje este tipo de socialismo também significa democracia.

A América Latina tem também um nível relativamente alto de urbanização. Historicamente, nos raros momentos de democracia liberal, a vida política alcançou apenas as massas urbanas letradas e principalmente sectores pequeno-burgueses da população: geralmente tais grupos são receptivos ao apelo do socialismo democrático ou da social democracia (obviamente duas coisas diferentes). Politicamente, a ausência de partidos radicais da variedade europeia facilitará o recrutamento de massas leigas afastadas da competição. Estes tipos de partidos socialistas, na maior parte dos casos não enfrentarão a

oposição cristã-democrática e, considerando a posição da Igreja Católica na América Latina, podem levar à absorção de largas massas católicas para um partido socialista aberto e democrático. Por último mas não menos importante, a Internacional Socialista pode retirar vantagem do vácuo deixado pelos partidos comunistas que, em mais de meio século, nunca cavaram raízes nas suas sociedades específicas. Além disso, os partidos que pertencem à Internacional Socialista não competirão directamente com eles uma vez que a sua orientação marxista-leninista os afasta do socialismo democrático. De facto, os partidos comunistas da América Latina estão ainda muito próximos dos russos, e as ideias «eurocomunistas» permanecem-lhes estranhas.

Tudo isso, no entanto, não deveria deixar a impressão de que o que lhes está reservado é um caminho fácil para os partidos socialistas democráticos ou social-democratas na América Latina. Um dos maiores problemas é a ausência histórica duma organização similar com seguidores entre os camponeses ou operários. Mesmo entre grupos da classe-média a sua influência permanece mínima.

Historicamente, os interesses nacionais conservadores e internacionais na América Latina têm popularizado uma imagem do socialismo fornecida por regimes onde os partidos comunistas detêm o poder político, i.e., o estalinismo. O controle dos *mass media* por essas forças tornou difícil o repúdio da sua propaganda.

Em alguns países, a Internacional Socialista enfrentará também partidos políticos tradicionais controlando largos sectores da população — especialmente nas zonas rurais atrasadas. Grupos tentando juntar-se na luta por este tipo de socialismo confrontar-se-ão provavelmente com a pequena oposição, mas ainda influente, de partidos comunistas oficiais. Estes partidos podem não apreciar uma competição à esquerda. O mesmo acontece com os grupos de extrema-esquerda, que, como mostra o exemplo chileno, se podem tornar muito incomodativos. Além disso, os chamados inimigos externos estão bastante *dentro* da América Latina. Poderosas forças mundiais, políticas e económicas, tendem a aceitar soluções à *la Soares*, mas preferem outras alternativas no caso de uma queda de ditaduras *que agora apoiam*. Assim, como na situação portuguesa, Soares tornou-se seu inimigo.

Apesar de ser um continente católico, é pouco provável que os

partidos democratas-cristãos tenham êxito na América Latina. Os democratas-cristãos europeus são conservadores, quando não abertamente reaccionários, como se pode ver na Alemanha com a direcção de Strauss. Isto opõe-se às posições progressistas da Igreja latino-americana — especialmente em termos das suas posições em estruturas socio-económicas. As possibilidades de partidos comunistas tradicionais ganharem mais influência também são pequenas. É pouco provável que estes partidos possam entrar numa era de socialismo democrático, abandonando gradualmente o marxismo-leninismo ortodoxo. No entanto, um possível êxito de partidos democratas socialistas pode forçá-los a enveredar nessa direcção. Deste modo, internacionalmente, a Internacional Socialista enfrentará uma espécie de continente «virgem» em termos dos ideais que defende, com quase nenhuma competição.

Estes são alguns dos factores que podem entusiasmar ou inibir o que pode ser uma viragem na história da América Latina: o aparecimento de partidos que defendem os ideais do socialismo democrático com apoio internacional. Se estes partidos tiverem êxito, será um acontecimento de maiores proporções resultando numa mudança do equilíbrio de forças no continente.

A ausência de partidos que partilhem objectivos democráticos ou social-democratas não constitui nenhum acidente na história da América Latina. A atitude colonialista penetrou historicamente o socialismo europeu, exemplificado na reivindicação de Bernstein sobre «os direitos dos povos com uma civilização superior de exercer o seu domínio sobre povos com uma civilização inferior.». Como poderiam movimentos políticos num continente dominado aliar-se a forças que paternalizam a sua opressão, a verdadeira razão da nossa luta? Neste sentido, a Internacional Socialista tem muito que superar. Hoje, é uma organização muito flexível: principalmente um forum onde partidos políticos perfilhando fins comuns se juntam para proteger *valores liberais democráticos* na política.

Grosso modo, os partidos da Internacional Socialista podem dividir-se em social-democratas e socialistas democratas. Os primeiros aceitam o *Welfare State* como seu objectivo, enquanto que os segundos vêem a social-democracia como um estágio para o estabelecimento dum socialismo democrático. Considerando as presentes estruturas sociais, na América Latina hoje as possibilidades da social-

-democracia são mais fracas do que na Europa. A intervenção do Estado é já um fenómeno espalhado na América Latina, incluindo em regimes com ditadura militar. Deste modo, os objectivos social-democratas não são novos e infelizmente identificam-se com muitos dos opressores na América Latina. O socialismo democrático parece ter uma melhor possibilidade do que a social-democracia na América Latina. Mas só futuras lutas internas dentro destes partidos decidirão o resultado. Isto pode surpreender a Internacional Socialista e pode ter interessantes repercussões dentro dos seus componentes tradicionais europeus.

Num contexto internacional caracterizado pela crescente irrelevância da alternativa marxista-leninista, a Internacional Socialista entra em cena como um braço político e ideológico dum capitalismo europeu ressurgente, procurando fazer competição ao seu parente americano numa situação política na qual o capitalismo europeu permanece economicamente inferior. O seu êxito, no entanto, pode também abrir caminho a alternativas emancipadoras democráticas e socialistas.

Tradução de Linda Leite, revista pelo autor, da Revista *TELOS*, nº 37